

## O futuro do emprego e a crise da sociedade do trabalho

Valdir Dainez<sup>1</sup>

André Dainez<sup>2</sup>

Recebido em: 03/03/2023

Aprovado em: 02/08/2023

**Resumo:** Esse artigo pretende discutir se é possível afirmar hoje que o desenvolvimento tecnológico está levando a uma fratura entre o crescimento dos níveis de produção e emprego e, por consequência, se estamos no limiar de uma crise da sociedade centrada no trabalho abstrato. Argumenta-se que, ao analisarmos os países mais desenvolvidos, onde as tendências imanentes ou subjacentes à lógica de valorização capitalista estão mais desenvolvidas, não há ainda evidências estatísticas de um deslocamento da correlação entre produção e emprego.

**Palavras-chave:** Futuro do emprego; tecnologia e emprego; crise da sociedade do Trabalho.

**Classificação JEL:** J23; O 47.

## El futuro del empleo y la crisis de la sociedad del trabajo

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo discutir si es posible decir hoy que el desarrollo tecnológico está conduciendo a una fractura entre el crecimiento de la producción y los niveles de empleo y, en consecuencia, si estamos en el umbral de una crisis en la sociedad centrada en el trabajo abstracto. Se argumenta que, cuando analizamos los países más desarrollados, donde las tendencias imanentes o subyacentes a la lógica de valorización capitalista están más desarrolladas, todavía no hay evidencia estadística de un cambio en la correlación entre producción y empleo.

**Palabras-clave:** Futuro del empleo; tecnología y empleo; crisis de la sociedad laboral.

**Clasificación Jel:** J23; O 47.

---

<sup>1</sup> Professor do Centro de Economia e Administração (CEA) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Campinas, Brasil. E-mail: [valdir.dainez@puc-campinas.edu.br](mailto:valdir.dainez@puc-campinas.edu.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3154-4855>

<sup>2</sup> Doutorando em História Econômica na Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil, e professor da Fundação Hermínio Ometto (FHO), Araras, Brasil. E-mail: [andré.dainez@hotmail.com](mailto:andré.dainez@hotmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3024-1126>

## The Future of Employment and the Crisis of the Labor Society

**Abstract:** This article intends to discuss whether it is possible to affirm today that technological development is leading to a break between the growth of levels of production and employment and, consequently, if we are at the threshold of a crisis of the society centered on abstract labor. It is argued that in analyzing the more developed countries, where the immanent or underlying tendencies of the capitalist valorization logic are more developed, there is still no statistical evidence of a shift in the correlation between production and employment.

**Keywords:** Future of employment; technology and employment; crisis of the Labor society.

**Jel Classification:** J23; O 47.

### Introdução

O pensamento crítico no âmbito das Ciências Sociais tem vivido uma época de desencantamento que em grande parte está ligado à crise por que passa o capitalismo contemporâneo e a crise das utopias que pretendiam fornecer uma alternativa para o capitalismo. Ao mesmo tempo em que fracassaram as tentativas de se regular o desenvolvimento do capitalismo, a crise do “socialismo” real e a crise das sociais democracias contribuíram para enevoar a possibilidade de um modo de vida emancipado.

No imediato pós-guerra, o sonho de um capitalismo regulado e democrático, onde as instituições e políticas econômicas poderiam controlar o poderio do capital financeiro e das grandes empresas, ao mesmo tempo em que se comprometiam com o abrandamento das flutuações econômicas, com o pleno emprego e com uma melhoria da distribuição da renda, por um momento parecia estar se materializando. Por mais que essa “nova ordem internacional” que floresceu a partir do Acordo de Bretton Woods estivesse longe daquela sonhada por muitos, ela permitiu um período excepcional de desenvolvimento da economia capitalista (Belluzzo, 1995). Durante esse ciclo exuberante de crescimento, houve até mesmo uma redução na desigualdade de rendimentos nos países centrais, que volta a recrudescer após a crise de 1973/74 (Piketty, 2014).

Após de meados dos anos 70, porém, a magia foi quebrada: os 25 anos de prosperidade e crescimento que se seguiram a Segunda Guerra Mundial chegaram ao fim. Até o final dos anos 1990 a economia mundial é marcada por baixas taxas de

crescimento da produção e do investimento, aumento do desemprego, queda dos salários reais, instabilidade das taxas de câmbio, crises financeiras recorrentes e por um forte aumento da concentração e centralização dos capitais resultante das ondas de fusão e aquisição que se intensificaram nesse período.

Durante o período 2002-2008 assistimos novamente a um novo ciclo de crescimento acelerado da economia mundial, o maior desde 1973, que acabou reacendendo em muitos a esperança de um período de prosperidade longo e que abrisse caminho para inovações em termos de políticas sociais. Em 2008, porém, os sonhos novamente desvaneceram com a eclosão de nova crise internacional, a maior do capitalismo desde a crise de 1929/33, que teve como epicentro a crise financeira americana (Dainez e Dainez, 2014).

O desempenho medíocre em termos de crescimento dos níveis de produção e renda da economia mundial na década de 1990 se dá numa conjuntura marcada por uma verdadeira revolução tecnológica e nas formas de organização do trabalho (Coutinho, 1992; Lojkine, 1995; Schaff, 1993; Gorz, 1989; 1994; Mattoso, 1995). A concomitância entre revolução tecnológica, baixo crescimento econômico e crescimento do desemprego, suscitou vários questionamentos sobre a dinâmica do capitalismo contemporâneo e sobre a natureza do desemprego. Para muitos autores, o desemprego desde aquele período é explicado predominantemente pelas transformações tecnológicas pelas quais o capitalismo vem passando. Para eles (Rifikin, 1995, 2011; Gorz, 1982, 1989, 1991; Offe, 1989a, 1989b, 1991), em consequência de o desemprego atual ser predominantemente tecnológico, já não há mais como revertê-lo pela indução do crescimento dos níveis de produção via políticas macroeconômicas.

O objetivo desse artigo é analisar uma tese, que por ter sido abraçada por muitos intelectuais não liberais, tem crescido em importância nos meios acadêmicos: trata-se de uma das hipóteses subjacentes a tese da crise da sociedade do trabalho. Essa tese, embora interessante, ao proclamar, erroneamente que o desemprego atual é irreversível pode induzir ao imobilismo e a resignação.

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, é apresentada a formulação da tese do fim da sociedade do trabalho partindo dos argumentos de Offe, Habermas e Gorz. Em seguida, procura-se realizar uma análise teórica, histórica e estatística, para mostrar que a proposição da inevitabilidade e irreversibilidade do desemprego não tem

fundamento concreto na atual fase do capitalismo. Embora o emprego total ainda acompanhe o crescimento da produção, há, porém, uma recomposição do emprego, em que se reduzem os empregos na indústria e cresce os empregos nos serviços. Em outros termos, reduz-se os empregos formais bem remunerados na indústria, enquanto crescem os empregos que remuneram menos, muitas vezes formais, mas em grande parte mais precarizados (em tempo parcial, por conta própria, etc.).

Todavia, dado o ritmo de crescimento da produtividade do trabalho que é inerente a lógica de valorização do capital, argumentar-se-á que o emprego cresce, porém, cada vez mais a taxas decrescentes, como já havia percebido Marx (1988). Dessa forma, altas taxas de crescimento do emprego ou mesmo próximas ao pleno emprego exigem taxas de crescimento da produção cada vez maiores, que são cada vez mais difíceis de serem obtidas dadas as mudanças que ocorreram no sistema capitalista e que modificaram sua dinâmica econômica.

### **A Crise da Sociedade do Trabalho**

Segundo Habermas (1994) As modificações estruturais pelas quais tem passado o capitalismo desde finais do século XIX — a saber, a crescente intervenção do Estado na economia e a oligopolização dos principais mercados — aliadas a emergência do desemprego persistente enquanto fenômeno de massa não poderia deixar intactos os alicerces sobre os quais se erigiu a própria sociedade capitalista.

Em toda formação social o trabalho ocupou uma posição de relevo, na medida em que representava, na forma de intercâmbio entre homem e natureza, condição da própria sobrevivência dos indivíduos e da espécie. Este ato, monotonamente repetido, de produção da própria existência, é *um dos fundamentos* de toda possibilidade de erigir um sistema social, pois em sua ausência, não há distinção entre homem e animal:

“Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (Marx e Engels, 1993:27).

Na verdade, o conceito de trabalho social permite distinguir os homínídeos dos macacos antropóides, mas não é suficiente para captar a *reprodução especificamente humana da vida*. Esta reprodução da vida humana, a que se chegou com o *homo sapiens*, pressupõe a substituição do sistema animal de *status* por um sistema de normas sociais que pressupõe a linguagem. Nas palavras de Habermas:

“Podemos assumir que somente nas estruturas de trabalho e linguagem completaram-se os desenvolvimentos que levaram à forma de reprodução da vida especificamente humana e, com isso, à condição que serve como ponto de partida da evolução social. *Trabalho e linguagem são anteriores ao homem e à sociedade*” (Habermas, 1990:118).

Não obstante, antes do advento do capitalismo, esta forma de trabalho, em certo sentido compulsório, não pode ser tomada como categoria chave do sistema social. Isto porque o trabalho e a produção resultante não se constituíam no móvel do próprio sistema social. A produção e o consumo dos seus resultados estavam inteiramente subordinados a elementos que lhe eram exteriores: só importava o que os indivíduos faziam além de seu consumo material. O consumo nada mais era que condição material para o desenvolvimento de atividades que correspondiam verdadeiramente à dignidade humana, como a cultura e a guerra, por exemplo (Napoleoni, 1977). O próprio trabalho, enquanto mero consumo de energias vitais, portanto, enquanto *labor* — atividade básica ligada às necessidades de perpetuação da vida e que se esgota no próprio processo vital da espécie — era considerado uma atividade indigna, vilipendiante, inerente à condição servil, no sentido *latu* do termo. O trabalho digno era aquele dedicado a atividades que não tinham a ver com a produção da própria subsistência — o que implica em liberdade em relação à natureza — e que não se esgotava no próprio ato de trabalho (*work*) (Arendt, 1983). Este último trabalho (*work*), atividade propriamente humana, visava à produção de valores de uso que não se limitavam ao mero consumo.

O processo econômico, desta forma, não encontrava nele próprio sua justificação e sentido. É só quando, sob o capitalismo, o consumo dos operários e dos próprios capitalistas se constituem em momento interno da produção, consumo produtivo, pois, que o processo econômico se apresentará como autônomo (Napoleoni, 1977). Ele não mais necessitará buscar em elementos que lhe são alheios sua justificação

e seu sentido. A valorização do capital, a produção pela produção, eis a razão de ser e o fim do novo sistema social que se inaugura com o capitalismo. Ao mesmo tempo, opera-se uma metamorfose entre *work* e *labor*:

“Assim, enquanto no mundo antigo, o trabalho (*labor*) pertencia à esfera privada da necessidade econômica e a liberdade era concebida como pertencente à esfera pública, no mundo moderno (capitalista), ao contrário, o trabalho e as demais atividades econômicas passam também a pertencer à esfera pública, onde são mediados pelo mercado. Nesse processo, as duas atividades sofrem uma metamorfose: o *work* deixa de ser uma atividade solitária e se transforma em *labor*, enquanto este último deixa de seguir os ditames da natureza e passa a depender da máquina. É desta simbiose entre *work* e *labor* que nasce o trabalho moderno, uma atividade que contém elementos de ambas, mas que não se confunde com nenhuma delas” (Silva, 1995b:7).

Duas modificações adicionais farão com que o trabalho moderno se converta em elemento central de organização das relações sociais sob o capitalismo. Por um lado, a partir da Reforma Protestante, depois de seu movimento de secularização, o trabalho é alçado à categoria de vocação das mais elevadas e a racionalidade instrumental inerente à ação das empresas capitalistas é projetada para a totalidade do corpo social (Weber, 1968 e Weber 1992). Por outro, o trabalho abstrato, elemento indispensável do processo de valorização do capital, se transforma de elemento de degradação social, em seu oposto: “O trabalho, por sua vez, se tornou o princípio organizador fundamental das relações sociais e, portanto, o meio através do qual os indivíduos adquirem existência e identidade social pelo exercício de uma profissão” (Silva, 1995a, pág. 8).

Nesses termos, portanto, com o advento do capitalismo industrial no século XVIII, o trabalho e os conflitos em torno dele se convertem em elemento central do sistema econômico e social e, conseqüentemente, em princípio axial em torno do qual deveriam, e foram erigidas as Ciências Sociais (Offe, 1989). É claro, todavia, que se o capitalismo nesse sentido pode ser descrito como uma “sociedade do trabalho”, e se as Ciências Sociais podem captar a dinâmica do movimento social através do conflito entre trabalho e capital, restringir a análise a esse único ponto é um reducionismo: sempre houve outras formas de conflito, entre raças, sexo, etnias, etc., que não podem ser explicados tendo por princípio axial o trabalho. Por isso, embora o trabalho possa ser tomado como categoria central de análise social e da própria sociedade, ele não pode

ser tomado como princípio explicativo *único*, pois existem, e sempre existiram, contextos que transcendem o “mundo do trabalho” (Habermas, 1987a).

A partir do pós-guerra, entretanto, a crescente intervenção do Estado na economia e o crescente desemprego tecnológico, acabaram por deslocar o trabalho enquanto categoria fundamental do sistema social, da vida dos indivíduos e da análise social.

A crescente intervenção do Estado na economia, elemento fundamental da dinamização do capitalismo do pós-guerra e de apaziguamento dos antagonismos de classe, teve dois impactos importantes sobre o mundo do trabalho.

Primeiro, ao procurar amenizar as flutuações cíclicas inerentes ao capitalismo e ao implementar uma série de reformas visando minorar as contradições geradas pelo sistema capitalista, o Estado criou inúmeras indenizações compensatórias que visavam contrabalançar os riscos básicos do trabalho assalariado (seguridade social, seguro-desemprego, auxílio doença, etc.). Estas políticas compensatórias e as reduções da jornada de trabalho que tomaram forma desde meados do século passado acabaram por enfraquecer a identificação dos indivíduos com sua condição de trabalhador, na medida em que o trabalho vai ocupando, crescentemente, um lugar residual na vida dos habitantes dos países desenvolvidos e, especialmente, dos habitantes das sociais-democracias (Habermas, 1987b).

Segundo, embora, por um lado, as intervenções do Estado fossem funcionais para as empresas, na medida em que evitavam grandes oscilações da demanda agregada, permitiam o planejamento interno das empresas — ao estabilizar a demanda, e regularem preços e salários — e garantiam que os aumentos de salários fossem iguais para as empresas de um mesmo ramo produtivo, evitando guerras de preços; por outro lado, o aumento dos gastos sociais do Estado, as políticas de redistribuição de renda e de seguridade social tiveram um efeito contraditório para a classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que tais políticas melhoravam sensivelmente a condição de vida da classe trabalhadora, tiveram um impacto indireto apreciável sobre a taxa de desemprego de longo prazo: os aumentos dos salários e dos encargos trabalhistas foram *um fator a mais* na indução de investimentos em racionalização, com o que se intensificou o desemprego tecnológico (Habermas, 1987b).

O crescente desemprego tecnológico que vem atingindo as nações desenvolvidas, para estes autores, não é outra coisa senão a contra face de um processo maior pelo qual o capital se autonomiza em relação ao trabalho vivo e autodetermina sua própria valorização. Dentro da racionalidade pela qual as empresas capitalistas são administradas, é mais seguro e produtivo basear sua expansão sobre um elemento cujo serviço prestado ao processo produtivo não corre o risco de continuidade, especialmente após a segunda metade do século atual quando o movimento sindical atravessou um período de intensa atividade.

É claro, continua Habermas, que se a interdependência crescente entre pesquisa e técnica transformou a ciência em principal força produtiva do capitalismo atual e tornou a contribuição direta do trabalho abstrato à produção crescentemente secundária, em pouco tempo talvez insignificante, (Habermas, 1987a) não há como defender que do ponto de vista econômico *strito sensu* o trabalho não perdeu a centralidade: o mesmo montante de produção e de valor pode ser obtido com quantidades decrescentes de trabalho vivo. Essa perda de centralidade do trabalho no processo produtivo, como não poderia ser diferente numa sociedade em que a produção de mercadorias é sua própria razão de ser, necessariamente se reflete além da produção, do econômico propriamente dito.

Todavia, não apenas o desemprego e a perda progressiva de centralidade do trabalho manual no processo produtivo desalojaram o trabalho enquanto mecanismo axial de existência pessoal e social. A forma de organização capitalista no interior da fábrica, ao subdividir e parcelar o processo pelo qual o trabalho opera e transforma a matéria bruta em produto, em outras palavras, ao desqualificar e tornar o trabalho mera atividade mecânica e monótona, tornou o trabalho algo insuportável, insistentemente resistido por todos aqueles que têm condições para tanto. Nessas condições, esse trabalho “desprofissionalizado” e reificado não pode mais ser fonte de identificação individual, (Offe, 1989) e nem mesmo de existência social, muito pelo contrário:

“Todo trabalho torna-se suspeito de ser um castigo inútil por meio do qual a sociedade tenta mascarar para os indivíduos o seu desemprego, *ou seja, a sua liberação possível do trabalho social*, e o caráter caduco das relações sociais que fazem do trabalho social a condição da renda e da circulação de riquezas” (Gorz, 1982:92).

A erosão das tradições culturais, religiosas ou secularizadas, e as reduções da jornada de trabalho conquistada pelos trabalhadores, operam no mesmo sentido. A primeira, ao enfraquecer a ideia do trabalho enquanto obrigação moral do homem e, a segunda, ao tornar mais importante ou valorizado o tempo livre do que o trabalho (Offe, 1989).

Tudo o que foi dito implica, em outros termos, que, embora o processo produtivo encontre em si mesmo sua fonte de legitimação, o trabalho perdeu para a produção, para o indivíduo e para a sociedade sua centralidade. O progresso das forças produtivas ao invés de conduzir o capitalismo para a ruína e dar origem a uma sociedade onde os trabalhadores conscientes, totais, enquanto classe para si se apropriariam da totalidade das próprias forças produtivas, reforçou o mecanismo da acumulação capitalista, que agora prescinde do trabalhador e de seu trabalho para dar continuidade a seu processo de reprodução ampliada. Nas palavras de Gorz: “A evolução tecnológica não caminha no sentido de uma apropriação possível da produção social pelos produtores. Ela caminha no sentido de uma abolição dos produtores sociais, de uma marginalização do trabalho socialmente necessário sob o efeito da revolução informática” (Gorz, 1982:91).

### **Relação entre produção e emprego no auge e após crise dos Anos Dourados.**

Sem dúvida, algumas modificações que se processam no sistema capitalista, como apontadas por Habermas, Gorz e Offe estão fazendo com que o trabalho perca sua centralidade na existência pessoal e social de uma parcela cada vez maior da população, especialmente nos países desenvolvidos e primordialmente a época do Welfare States. Porém, para a maioria da massa trabalhadora, embora seu trabalho não possa ser fonte de identificação individual, a venda de sua força de trabalho continua ainda a ser sua única forma de subsistência.

Também é verdade que crescentemente o mercado de trabalho está se tornando insuficiente enquanto mecanismo de alocação de status e renda para uma parte nada insignificante da população. No capitalismo contemporâneo, erigido sob as cinzas das sociais-democracias e livres das sombras da ameaça do socialismo, a ideologia liberal revigorada tem empreendido um profundo ataque tanto às políticas econômicas de inspiração keynesiana, como ao aparato indenizatório criado para compensar os riscos

básicos do trabalho assalariado. Em muitos países temos assistindo a um retrocesso em termos de políticas sociais e a um recrudescimento das desigualdades de rendimento.

Não resta dúvida ademais que a ciência e a técnica tenham se tornado, como, aliás, Marx (1988) já notara, a principal força produtiva do capitalismo, o que se traduz pelo aumento da composição orgânica do capital. No entanto, esta contradição pela qual o capital procura negar sua base de valorização, o trabalho vivo, não levou até aqui a dissolução da correlação entre nível de produção e emprego, como sustentado por muitos autores, como Rifkin (2005; 2011; 2014).

Se olharmos para os países mais desenvolvidos, onde as tendências imanentes ou subjacentes à lógica de valorização capitalista estão mais desenvolvidas, não há evidência de deslocamento da correlação entre produção e emprego.

**Tabela 1**  
**Taxas Médias Anuais de Crescimento do PIB Real e Emprego e Taxas de Desemprego nos Países do G7- 1963/73, 1974/79 e 1980/99.**

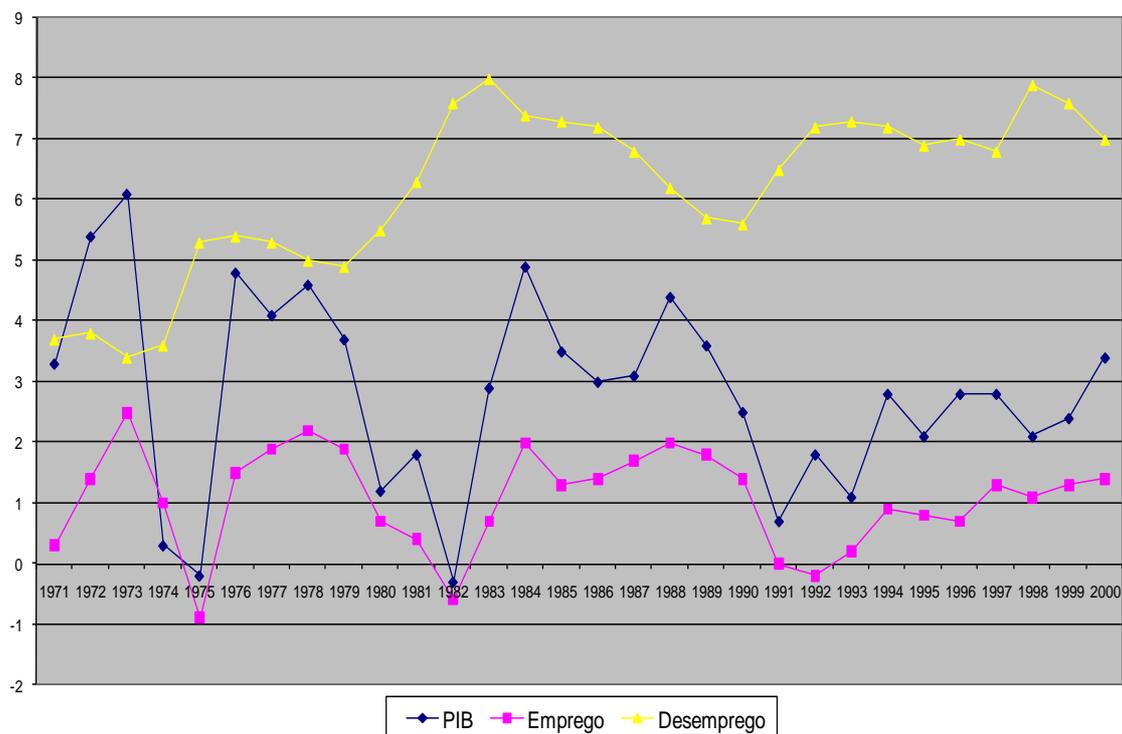
País	Indicadores	A 1963- 1973	B 1974- 1979	C 1980- 1999
EUA	PIB	4,1	2,6	2,5
	Emprego	-	2,6	1,5
	Desemprego	4,4	6,8	6,6
Japão	PIB	10,4	3,6	2,7
	Emprego	-	0,7	0,8
	Desemprego	1,2	1,9	2,8
Alemanha	PIB	4,5	2,4	2,1
	Emprego	-	-2,6	0,2
	Desemprego	0,8	2,8	7,9
França	PIB	5,5	2,8	2,0
	Emprego	-	0,3	0,3
	Desemprego	2,2	4,7	10,1
Reino Unido	PIB	3,3	1,5	2,2
	Emprego	-	0,2	0,3
	Desemprego	3,1	4,2	8,9
Itália	PIB	4,9	3,7	1,9
	Emprego	-	0,9	0,02
	Desemprego	5,5	6,7	9,9
Canadá	PIB	5,7	4,3	2,4
	Emprego	-	2,9	1,5
	Desemprego	4,7	7,2	9,5
G 7	PIB	5,1	2,8	2,4
	Emprego	-	1,3	0,9
	Desemprego	3,1	4,9	6,8

Fonte: OCDE, **Economic Outlook**, números 28 a 71.

A Tabela 1 mostra os dados relativos às taxas de crescimento do PIB, emprego e desemprego para os países do G7 em três períodos distintos. O primeiro período, 1963-1973, corresponde aos anos de auge do excepcional período de expansão das economias capitalistas no pós-guerra, chamado por alguns de Anos Dourados e por outros de Trinta Anos Gloriosos. Segundo as estatísticas compiladas por Maddison (1997), a época compreendida entre 1950 e 1975 foi o período em que houve o maior crescimento da produtividade do trabalho da história do capitalismo (vide Tabela 2). Portanto, seria o período em que se esperaria encontrar um "descolamento" entre as taxas de crescimento do produto agregado e do emprego. O crescimento do emprego, porém, mesmo com tamanha ampliação da produtividade do trabalho, continua a guardar uma estreita relação com o volume de produção, uma vez que as taxas de crescimento da produção foram, em geral, maiores que as taxas de crescimento da produtividade, resultando em baixíssimas taxas de desemprego.

O segundo período, 1974-1979, corresponde ao período de desaceleração que se seguiu a esse ciclo de prosperidade, marcado pela concomitância entre estagnação e inflação. O terceiro período, 1980-1999, corresponde a um período marcado pela profunda crise dos anos 1979-1984 e pela emergência e consolidação da assim chamada globalização financeira. Também para esses dois períodos o crescimento do emprego continua a guardar uma estreita relação com o volume de produção, conforme pode ser nitidamente verificado no Gráfico 1.

**Gráfico 1**  
**Taxas Médias Anuais de Crescimento do PIB Real, Emprego e Desemprego nos Países do G7- 1971/2000**



Fonte: OCDE, Economic Outlook

Como se pode inferir pela Tabela 1, o desemprego nos países desenvolvidos acelera-se depois de 1974, quando as taxas de crescimento do produto agregado declinam sensivelmente. É a partir dos anos 80, porém, que as taxas médias anuais de desemprego mudam de patamar, acompanhando a desaceleração e estagnação das taxas de crescimento médio do PIB. Para a média dos países do G7, as taxas anuais médias de desemprego no período 1980-1999 crescem 119% em relação ao período 1963-1973, em resposta a uma queda das taxas anuais médias de crescimento do PIB, para esse conjunto de países, no mesmo período, da ordem de 63%. Dessa forma, o crescimento das taxas de desemprego não se deve somente a tecnologia, mas também a uma sensível perda de dinamismo do capitalismo, cujas razões serão discutidas mais tarde.

Em 2002, depois de um longo período marcado por baixas taxas de crescimento e instabilidade, assistimos a emergência de um novo período de crescimento ininterrupto da economia internacional, o maior desde 1973. A internacionalização

produtiva americana, ao estimular a produção chinesa, que com sua com sua expressiva população dinamiza a demanda mundial por *commodities*, dá origem a um grande *boom* no preço e demanda dessas no mercado internacional. A dinâmica de crescimento da economia internacional no período 2002 a 2007, assim, é conduzida a partir da demanda externa americana e dos países asiáticos, com destaque para a China.

**Tabela 2**  
**Taxas Médias Anuais de Crescimento da Produtividade do Trabalho nos Países do G7 –1960/73, 1973/79, 1979/97 e 1998/2001.**

Países	1950-73 *	1960-73 **	1973-79 **	1979-97 **	1998-2001 **
E. U. A.	2,7	2,6	0,3	0,9	2,0
Japão	7,7	8,4	2,8	2,3	0,7
Alemanha	6,0	4,5	3,1	2,2	0,7
França	5,1	5,3	2,9	2,2	1,1
Itália	5,8	6,4	2,8	2,0	0,7
Reino Unido	3,1	4,0	1,6	2,0	1,5
Canadá	3,0	2,5	1,1	1,0	1,6
G 7	4,8	4,5	1,4	1,6	1,2

Fonte: \* Maddison, 1997: 117 e \*\*OCDE, Economic Outlook, Nº 64 e 71.

Embora não haja um crescimento extraordinário da economia mundial, o PIB da economia mundial cresce, nesse período de seis anos, que vai de 2002 a 2007, segundo dados do Banco Mundial, a uma taxa média anual de 3,66% ao ano, trata-se de um crescimento significativo em comparação ao desempenho da economia mundial nas duas décadas anteriores – a taxa de crescimento médio anual do PIB mundial foi de 3,04% entre 1980-1989 e de 2,67% entre 1990 e 1999 (World Bank Data, 2018). No caso dos países do G7, porém, o crescimento nesse período de seis anos é ainda menor que o das décadas de 1980 e 1990. Durante o período 1980-1999 o PIB real nos países do G7 cresceu a uma taxa média anual de 2,4%, enquanto no período no período 2002-2007 cresceu a uma taxa média de 2,0% ao ano.

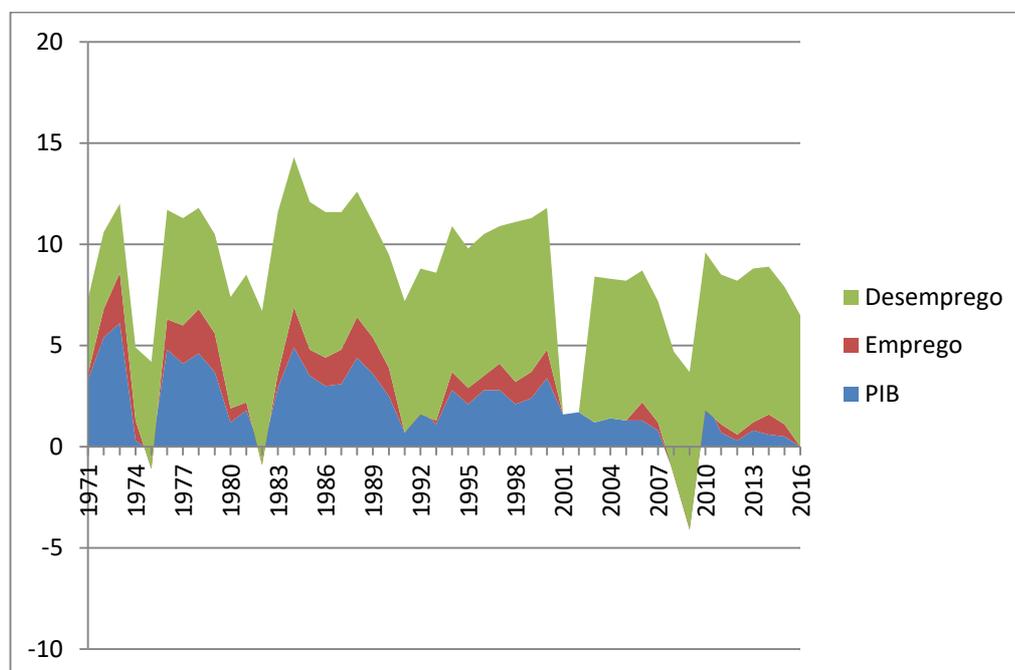
**Tabela 3**  
**Taxas Médias Anuais de Crescimento do PIB Real, Produtividade, Emprego e**  
**Desemprego nos Países do G7- 2002/07, 2008/09 e 2010/15.**

País	Indicadores	2002/07	2008/09	2010/15
EUA	PIB	2,7	-1,6	2,2
	Produtividade	1,9	1,6	1,1
	Emprego	-0,3	-2,3	0,4
	Desemprego	5,3	7,6	7,6
Japão	PIB	1,4	-3,3	1,5
	Produtividade	1,2	-3,0	1,2
	Emprego	0,5	-0,5	0,7
	Desemprego	4,6	4,6	4,2
Alemanha	PIB	1,4	-2,3	2,0
	Produtividade	1,6	-1,4	1,2
	Emprego	-	1,0	0,9
	Desemprego	9,7	7,6	5,5
França	PIB	1,9	-1,4	1,1
	Produtividade	1,2	-0,5	0,9
	Emprego	-	-0,2	-0,2
	Desemprego	-	7,9	9,6
Reino Unido	PIB	2,8	-2,5	2,0
	Produtividade	2,0	-1,3	0,6
	Emprego	0,0	-1,1	0,8
	Desemprego	5,0	6,6	7,1
Itália	PIB	1,1	-3,3	-0,2
	Produtividade	0,0	-1,3	0,7
	Emprego	1,1	-1,0	-0,3
	Desemprego	7,7	7,2	10,7
Canadá	PIB	2,6	1,0	2,3
	Produtividade	1,1	0,1	1,2
	Emprego	0,6	-1,4	0,3
	Desemprego	7,0	7,3	7,3
G 7	PIB	2,0	-1,9	1,6
	Produtividade	1,3	-0,8	1,0
	Emprego	-	-0,8	0,4
	Desemprego	-	7,0	7,4

Fonte: OCDE.

Durante esse período de crescimento ininterrupto da economia mundial, conforme pode ser observado na Tabela 3 e no Gráfico 3, embora a produção não tenha crescido a taxas espetaculares, houve uma sensível redução das taxas de desemprego em virtude do pequeno crescimento da produtividade.

**Gráfico 2**  
**Taxas Médias Anuais de crescimento do PIB Real, Emprego e Desemprego nos Países do G7 1971/2016**



Fonte: OCDE

Em termos formais, pode-se conceber que em um dado período de tempo, tomando como constante a duração da jornada de trabalho, a variação do emprego, que designaremos por  $\Delta e$ , será igual à somatória da variação da produção ( $\Delta y$ ) menos a variação da produtividade do trabalho ( $\Delta p$ ) após um pequeno lapso de tempo:

$$\Delta e_{t+v} = \Delta y_t - \Delta p_t$$

A diferença entre  $t$  e  $t+v$  expressa esse pequeno lapso temporal ou histerese que existe antes que o emprego ( $\Delta e$ ) reaja a uma variação da somatória  $y - p$ .

Assim, para que o emprego agregado não cresça ou decresça quando há um aumento da produção agregada  $\Delta y$  é necessário que a taxa de crescimento da produtividade do trabalho  $\Delta p$  seja igual ou superior a taxa de crescimento da produção.

Assim, para se postular que há um descasamento entre a taxa de crescimento da produção com a taxa de crescimento do emprego, tem que se mostrar que a taxa de crescimento da produtividade do trabalho tem sido mais expressiva que a taxa de crescimento da produção. Porém, como demonstrado isso não aconteceu nem durante o período em que houve as maiores taxas de crescimento da produtividade do trabalho da história, ou seja, durante os Anos Dourados. Ademais, as taxas médias anuais de crescimento da produtividade do trabalho são hoje muito menores que no passado, quando as taxas de desemprego eram muito menores, como pode ser comprovado pelas Tabelas 2 e 4 e pelo Gráfico 2.

**Tabela 4**  
**Taxas Médias Anuais de Crescimento da Produtividade do Trabalho\* nos Países do G7 –2002/07, 2008/09 e 2010/15.**

Países	2002-07	2008-09	2010-2015
E. U. A.	1,9	1,6	1,1
Japão**	1,2	-3,0	1,2
Alemanha	1,6	-1,4	1,2
França	1,2	-0,5	0,9
Itália	0,0	-1,3	0,7
Reino Unido	2,0	-1,3	0,6
Canadá	1,1	0,1	1,2
G 7	1,3	-0,8	1,0

Fonte: OCDE.

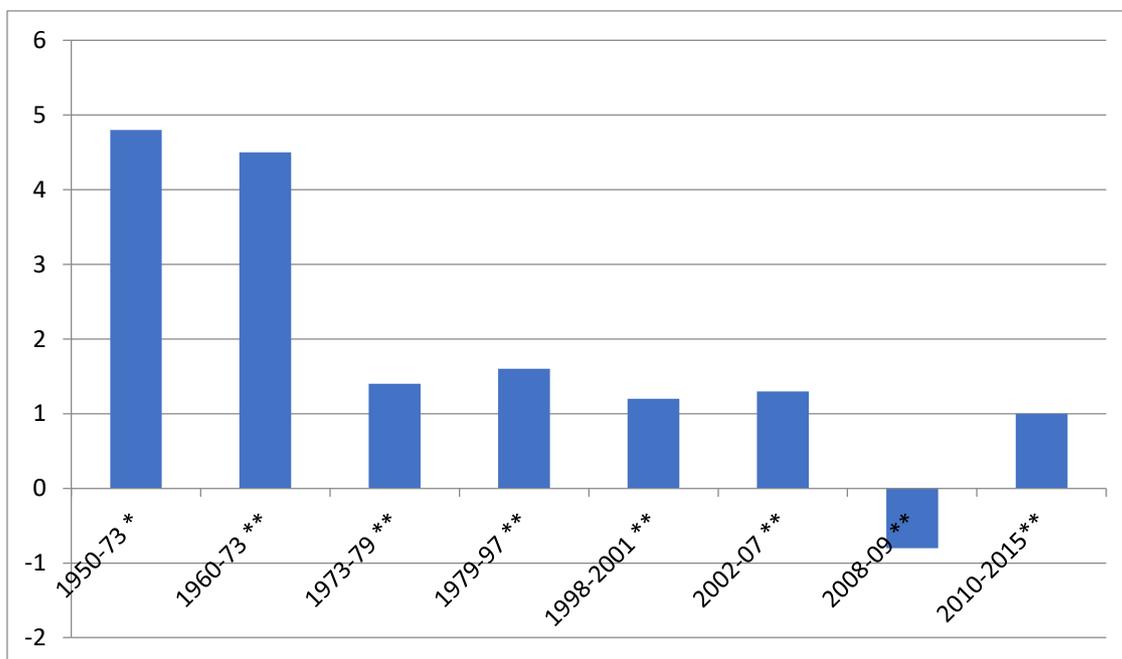
\*Valor agregado bruto por hora trabalhada - preços constantes;

\*\*Valor adicionado bruto por pessoa empregada -preços constantes.

Quando comparamos as taxas de crescimento da produtividade do trabalho média dos países do G 7 nos últimos 65 anos em vários períodos distintos, como ilustra o Gráfico 2, fica muito claro que o período do imediato pós-guerra que compreende os Anos Dourados (1950-1973) é um período excepcional, já que as taxas de crescimento da produtividade ficavam num patamar médio acima dos 4,5% ao ano, enquanto nos demais períodos elas se situam num patamar abaixo do nível de 1,6% ao ano.

**Gráfico 3**

**Taxa Média Anual de Crescimento da Produtividade do Trabalho no G7 –1950/73, 1960/72, 1973/79, 1998/01, 2002/07, 2008/09 e 2010/15.**



Fonte: \* Maddison, 1997: 117 e \*\*OCDE.

Assim, o que se pode concluir é que embora seja verdade que o mesmo volume de produção possa ser obtido com quantidades decrescentes de trabalho vivo, isto não tem modificado o fato de que o nível de emprego continua a ser determinado pelo nível de investimento e produção. Aparentemente, trata-se de uma contradição. A contradição, porém, se desfaz quando observamos que há varias contra tendências operando dentro de um sistema social. Uma delas é a relativa à dinâmica do padrão de consumo sob o capitalismo.

**Quadro 1**  
**Taxas Médias Anuais de Crescimento do PIB Real, Produtividade, Emprego e**  
**Desemprego nos Países do G7- 2002 a 2016**

País	Indicadores	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
EUA	PIB	1,8	2,8	3,8	3,3	2,7	1,8	-0,3	-2,8
	Produtividade	2,9	2,8	2,3	1,9	0,8	0,7	0,5	3,1
	Emprego	-1,6	-1,0	0,0	0,4	0,7	-0,3	-1,3	-4,7
	Desemprego	5,8	6	5,5	5,1	4,6	4,6	5,8	9,3
Japão	PIB	0,1	1,5	2,2	1,7	1,4	1,7	-1,1	-5,4
	Produtividade*	1,5	1,4	1,4	1,3	0,7	0,9	-0,9	-5,1
	Emprego	-0,9	0,3	0,4	0,9	0,9	1,1	0,1	-1,0
	Desemprego	5,4	5,3	4,7	4,4	4,1	3,8	4,0	5,1
Alemanha	PIB	0,0	-0,7	1,2	0,7	3,7	3,3	1,1	-5,6
	Produtividade	1,5	0,9	1,4	1,5	2,0	2,1	0,3	-3,1
	Emprego	-	-	-	-	2,6	2,7	1,6	0,3
	Desemprego	8,7	9,6	9,8	11,2	10,3	8,7	7,5	7,7
França	PIB	1,1	0,8	2,8	1,6	2,4	2,4	0,2	-2,9
	Produtividade	2,9	0,4	1,2	0,6	2,4	-0,2	-0,5	-0,5
	Emprego	-	-	-0,5	0,0	-0,1	1,1	0,8	-1,2
	Desemprego	..	8,1	8,5	8,5	8,4	7,7	7,1	8,7
Reino Unido	PIB	2,4	3,5	2,5	3,0	2,5	2,6	-0,6	-4,3
	Produtividade	2,3	3,3	2,1	1,0	1,8	1,6	0,0	-2,6
	Emprego	0,0	0,1	0,3	0,1	-0,3	-0,1	0,0	-2,2
	Desemprego	5,1	5	4,7	4,7	5,3	5,3	5,6	7,5
Itália	PIB	0,2	0,2	1,6	0,9	2,0	1,5	-1,1	-5,5
	Produtividade	-0,7	-0,8	1	0,5	-0,1	0,0	-0,4	-2,2
	Emprego	1,4	0,9	2,8	-0,2	1,2	0,5	0,2	-2,2
	Desemprego	9	8,7	8	7,7	6,8	6,1	6,7	7,7
Canadá	PIB	3	1,8	3,1	3,2	2,6	2,1	1,0	-2,9
	Produtividade	1,2	0,4	0,7	2,2	1,3	0,5	-0,3	0,4
	Emprego	0,8	1,1	0,4	-0,1	0,5	1,0	0,0	-2,8
	Desemprego	7,7	7,6	7,2	6,8	6,3	6,1	6,1	8,4
<b>País</b>	<b>Indicadores</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	
EUA	PIB	2,5	1,6	2,2	1,7	2,4	2,6	1,6	
	Produtividade	2,4	0	0	0,2	0,0	0,6	-	
	Emprego	-1,3	-0,1	0,8	0,4	1,0	0,9	-	
	Desemprego	9,6	9,0	8,1	7,4	6,2	5,3	4,9	
Japão	PIB	4,2	-0,1	1,5	2,0	0,3	1,2	-	
	Produtividade*	4	-0,2	1,7	1,4	-0,3	0,5	-	
	Emprego	0,1	0,7	-0,3	1,2	1,4	0,8	-	
	Desemprego	5,1	4,6	4,4	4,0	3,6	3,4	3,1	
Alemanha	PIB	4,1	3,7	0,5	0,5	1,6	1,7	1,9	
	Produtividade	2,6	2	0,7	0,8	0,3	0,6	0,9	
	Emprego	1,4	2	0,4	0,7	0,4	0,3	-	
	Desemprego	7	5,8	5,4	5,2	5,0	4,6	4,1	
França	PIB	2	2,1	0,2	0,6	0,9	1,1	1,2	
	Produtividade	1,2	0,9	0,5	1,4	1,0	0,6	3,7	
	Emprego	-0,1	-0,1	-0,1	-0,5	-0,5	0	-	
	Desemprego	8,9	8,8	9,4	9,9	10,3	10,4	10,1	
Reino Unido	PIB	1,9	1,5	1,3	1,9	3,1	2,2	1,8	
	Produtividade	2,6	0	-0,9	-0,4	0,6	1,7	-0,6	
	Emprego	-0,7	-0,1	1,7	0,7	2,0	1,1	-	
	Desemprego	7,8	8	7,9	7,5	6,1	5,3	4,8	
Itália	PIB	1,7	0,6	-2,8	-1,7	0,1	0,8	0,9	
	Produtividade	2,3	0,5	0,1	1,2	0,3	-0,3	-1,0	
	Emprego	-1,0	0,0	-0,3	-1,9	0,3	1,1	-	
	Desemprego	8,4	8,4	10,7	12,1	12,7	11,9	11,7	
Canadá	PIB	3,1	3,1	1,7	2,5	2,6	0,9	1,5	
	Produtividade	1,5	1,9	0,0	1,5	2,3	-0,2	0,5	
	Emprego	0,1	0,4	0,4	0,4	-0,1	0,3	-	
	Desemprego	8,1	7,5	7,3	7,1	6,9	6,9	7,0	

Fonte: OCDE

\*Valor adicionado bruto por pessoa empregada -preços constantes.

Tal ideia de que a tendência ao aumento da composição orgânica do capital implicaria num desemprego tecnológico crescente e persistente ignora a dinâmica da criação de novas necessidades — poderíamos dizer que ignora a revolução nos padrões de consumo — que o próprio sistema capitalista induz. Se o padrão de consumo fosse constante e a norma do sistema capitalista fosse à reprodução simples e não a reprodução ampliada, é de se esperar que o aumento da composição orgânica do capital gerasse, com o tempo, um excedente crescente e permanente de força de trabalho. No entanto, o próprio sistema capitalista trata de incutir nas pessoas novas necessidades, criando novos produtos, e acelerando a obsolescência dos bens duráveis e de capital através das inovações de produto e do progresso técnico (Mészáros, 1989). Dessa forma, a produção cresce e, com ela, o emprego, embora a taxas decrescentes (Marx, 1988).

Parece que o sistema capitalista, como nota Gorz (1991), trata de negar aos produtores sua “liberação possível” do trabalho abstrato (Gorz, 1982): ao mesmo tempo em que as inovações ampliam a produtividade e liberam trabalhadores num determinado ramo produtivo, criam novas necessidades que os absorvem em novos setores. Esta constante criação de novas necessidades, que implica numa espécie de reciclagem do trabalho social, impede que o tempo livre possa ser realocado como pretende Gorz.

Em certo sentido, portanto, podemos dizer que a análise da crise da sociedade do trabalho ignora o poder que tem o capitalismo de criar novas necessidades. Rifkin (1995 e 2014), por exemplo, ao comentar os impactos sobre o emprego da utilização de novas tecnologias nas empresas não se dá conta do fato que uma análise desse tipo não pode ser setorial. Não se dá conta que o desemprego criado em determinados setores pode ser compensado em outros.

Mas não é este apenas o problema deste tipo de análise. O desemprego, como procuraram mostrar, cada um a seu modo, Marx (1988), Keynes (1991) e Kalecki (1985), faz parte do funcionamento normal da economia capitalista, cujo desenvolvimento se exterioriza na forma de ciclos econômicos. Mas se o desemprego é parte integrante do funcionamento normal do sistema capitalista e se as taxas de desemprego verificadas atualmente, embora altas e mais ou menos generalizada, não são inéditas, onde reside

a especificidade do desemprego atual que tem dado origem a tal preocupação generalizada?

No estágio atual de desenvolvimento tecnológico em que o capitalismo se encontra, embora não reste dúvida que o desemprego tecnológico tem aumentado bastante, taxas de crescimento acelerado da produção global poderiam reabsorver os desempregados. Assim, o que é necessário explicar é por que a produção não pode crescer às taxas requeridas para absorver o desemprego.

Claus Offe, que partilha da convicção de que o mercado de trabalho se tornou insuficiente enquanto mecanismo de alocação do trabalho e da renda afirma que o Estado já não mais pode restaurar o pleno emprego uma vez que as políticas keynesianas perderam sua eficiência. Segundo ele:

“... a tradicional política *keynesiana do pleno emprego*, com a qual se buscava induzir tal crescimento, parece ter atingido seus limites. Multiplicam-se as resistências políticas contra este modelo para o encaminhamento dos problemas, especialmente contra o crescente endividamento estatal nele implícito. Mas, mesmo considerando-se apenas os aspectos econômicos, há o perigo de que a indução estatal à demanda acabe por levar mais a inflação de preços que a efeitos positivos sobre o investimento e a ocupação. Ensinados pela experiência, os empresários desconfiam da persistência do aumento na demanda provocado pelo Estado, evitando assim investimentos de longo prazo e principalmente a contratação de força de trabalho adicional, de modo que o impulso à demanda evapora-se inflacionariamente” (Offe, 1989:135).

Ora, não é o fato de que os empresários tenham adquirido expectativas racionais que inviabilizam o esforço do Estado e a eficiência de políticas macroeconômicas e sim as transformações pelas quais passou a economia capitalista desde meados dos anos 70 e que alterou sua dinâmica. A citação de Offe acima não deixa dúvida que a tese do fim da sociedade do trabalho sofre a influência das “novas faces” que a teoria econômica tradicional vem assumindo. No caso trata-se da influência da corrente “keynesiana” das expectativas racionais.

É bastante razoável propor que a ideia de que o desemprego atual é irreversível resida em comparações com o desempenho do capitalismo mundial nos “Trinta Anos Gloriosos” do imediato pós-guerra e com a posterior crise das tentativas de regulação do mecanismo econômico. Naquele período excepcional (Hobsbawn, 1995 e Offe, 1989) as economias capitalistas cresceram, de maneira mais ou menos sincronizada, a taxas

extremamente elevadas, o emprego e os salários cresceram e aumentou a segurança no emprego (Mattoso, 1995).

Essa performance da economia capitalista, que prosperou sob a liderança americana, correspondeu a um novo padrão de desenvolvimento formado sobre a base da IIª Revolução Industrial. Fundamental para o êxito deste ciclo de crescimento acelerado foi a reconstrução das economias Europeias e Japonesas, o processo de internacionalização do capital produtivo e o relativo sucesso da nova ordem internacional que emerge do acordo de Bretton Woods. As relações comerciais, produtivas, tecnológicas e financeiras que nasceram do acordo de Bretton Woods, por si só, todavia, não explicam o sucesso dos “Anos Dourados”. “... a alteração da estrutura produtiva e tecnológica por si só não determinaria um novo modo de desenvolvimento e sua capacidade de generalização. Em outras palavras, não existiria uma determinação econômica que orientasse a economia capitalista em torno de tal ou qual padrão de desenvolvimento. Pelo contrário, foi necessário, por um lado, que se consolidasse o *contra movimento* da luta de classes e que este se tornasse capaz de impor mudanças na forma de gestão econômica, no papel e estrutura do Estado, na relação salarial e no padrão de consumo” (Mattoso, 1995:26).

As lembranças da crise de 29/33 e dos horrores do fascismo, a agudização das contradições capitalistas, o fortalecimento dos movimentos populares, o êxito da revolução russa e das revoluções “socialistas” que a ela se seguiram, o êxito inicial da planificação econômica como um substituto ao regulamento cego e anárquico das atividades econômicas pelo mercado e a divisão dos partidos burgueses, levou, em vários países da Europa, os partidos social-democratas, trabalhistas e socialistas ao poder. No poder, segundo Przeworski, mas sem condições objetivas de proceder a um programa de socialização dos meios de produção, tais partidos, mesmo os mais radicais, tiveram que se contentar com um tipo de capitalismo onde a regulação do Estado tentava minorar as contradições geradas pelo capitalismo. Sem abandonar o capitalismo, mas adotando as recomendações de política econômica keynesiana, foi possível a esses países criar os alicerces para um compromisso de classe que, ao submeter ao controle democrático o nível de emprego e a distribuição da renda, viabilizou a social democracia e deu aos partidos políticos representativos da classe

trabalhadora uma justificativa para exercer cargos políticos sob o capitalismo (Prezworski, 1989).

O alargamento da regulação do Estado sobre a economia, principalmente utilizando políticas macroeconômicas de tipo keynesiano, no entanto, não se restringiu aos países sociais-democratas. Ela foi utilizada, com múltiplas gradações, pela maioria dos países desenvolvidos e por alguns subdesenvolvidos. No geral, pode-se dizer que a consequência destas políticas com relação às grandes empresas foi funcional: tornou possível uma expansão mais rápida e segura da produção e, com ela, da acumulação e centralização do capital. A eficiência deste tipo de política macroeconômica estava em grande parte apoiada na existência de taxas de câmbio fixas, nos controles sobre os movimentos cambiais e num rígido controle sobre a moeda de crédito e o sistema financeiro (Guttman, 1999). Essa interação entre controle sobre os fluxos de capital e regulação do sistema financeiro e cambial foi um dos ingredientes essenciais na viabilização do período de intenso crescimento e estabilidade das economias capitalistas no imediato pós-guerra, conhecido como Anos Dourados ou Anos Gloriosos (1945-1973).

A erosão dessa estrutura institucional, como as transformações pelas quais passou o capitalismo, colocou em xeque a eficiência dessas políticas macroeconômicas.

A partir dos anos 1970 os anos dourados já davam sinais de esgotamento. Aquelas constelações de fatores que haviam permitido os anos de crescimento começaram a desmoronar. Nos EUA e nos demais países avançados, esgotava-se a onda de difusão tecnológica nos setores que lideraram o crescimento, que passam a apresentar uma situação de sobre acumulação. No caso dos países subdesenvolvidos, o esgotamento do padrão de acumulação é agravado pela crise das dívidas nos anos 80 (Coutinho e Belluzzo, 1998). No mesmo sentido, após o esgotamento do ciclo de crescimento, do recrudescimento da inflação e já sob as cinzas de Bretton Woods, a partir dos anos 80 do século XX, liderado pelos EUA, ocorre um intenso processo de liberalização dos mercados financeiros e cambiais e dos fluxos de capital que continuam até hoje (Belluzzo, 1995). Crescentemente, monetarismo e liberalismo têm substituído as práticas de política de inspiração keynesiana. A mudança de estratégia da política monetária acabou minando a regulação sobre a moeda de crédito, que foi fundamental para o período de crescimento acelerado do imediato pós-guerra.

A alta mobilidade adquirida pelos fluxos de capital tornou insustentável a manutenção de taxas fixas de câmbio, de forma que países que optam por um regime cambial não flexível, só o podem fazer mediante o sacrifício da autonomia de sua política doméstica. Porém, nem todos os países que optaram por taxas de câmbio flexível foram afetados de maneira idêntica, uma vez que o sacrifício de autonomia da política monetária é inversamente proporcional a aceitação da moeda do país no mercado internacional (Eichengreen, 1996).

Num ambiente internacional em que os mercados financeiros, por conta dos avanços das tecnologias da comunicação, estão cada vez mais integrados, o fim dos controles sobre a conta de capital permitiu ampla liberdade aos fluxos de capitais para se movimentar na economia internacional, ao mesmo tempo em que o processo de desregulamentação e liberalização do sistema financeiro permitiu que as instituições financeiras bancárias e não bancárias pudessem criar inovações financeiras que permitem a esses capitais amplas possibilidades de valorização. Esse movimento, que tem sido chamado de globalização financeira, aumentou sobremaneira a suscetibilidade a crises financeiras do capitalismo, pois facilitou os episódios de inflação de ativos (Dainez e Dainez, 2014).

Nos períodos de expansão, em que a renda e o crédito aumentam, empresas, famílias, fundos de pensão, fundos mútuos e demais especuladores canalizam grande parte do poder de compra para a aquisição de ativos, na expectativa de ganhos puramente patrimoniais. O aumento concentrado da demanda por eles acaba dando início a um processo de inflação de ativos. A valorização fictícia dos ativos em posse de famílias e empresas tende a se refletir nas decisões correntes de consumo e investimento dessas unidades econômicas, reforçando o ciclo expansivo. À medida que progride o ciclo expansivo, a inflação de ativos tende a se auto reforçar. O aumento dos preços dos ativos, ao confirmar a expectativa de ganhos dos especuladores, tende a induzir a compra de novos ativos. O crescimento da demanda daí derivada amplia o preço dos ativos (Aglietta, 1995).

A inflação de ativos, se por um lado, tem efeitos positivos sobre as decisões de gasto agregado, tende a criar, por outro, uma fragilização financeira crescente. Isto tanto porque grande parte das posições no mercado financeiro são altamente alavancadas, como também porque o efeito riqueza proporcionado pela inflação de

ativos induz empresas e famílias ao endividamento crescente. O crescimento econômico, assim, é acompanhado por desequilíbrios crescentes. Como em qualquer outro ciclo expansivo, cedo ou tarde, pode ocorrer uma mudança nas expectativas que leva a reversão da inflação de ativos. A queda dos preços dos ativos atinge o sistema bancário, bem como empresas e famílias. Para as empresas e famílias, a deflação de ativos, ao reduzir a relação entre ativos totais/endividamento, leva-os a reduzir os gastos em consumo e investimento. Para os bancos, que graças à desregulamentação e a liberalização se transformaram nos grandes financiadores da especulação, a queda dos preços dos ativos leva a uma depreciação de suas garantias contratuais. A reação do sistema bancário ao aumento do endividamento de famílias e empresas e a deterioração na qualidade de seus ativos é uma retração violenta no crédito (Aglietta, 1995). Inicia-se assim uma recessão que pode atingir proporções violentas e até mesmo determinar uma crise bancária, dependendo do envolvimento do setor bancário para com a especulação, da atitude da autoridade monetária e do grau do pânico instalado.

Esse processo de globalização financeira, ao tornar cada vez mais frequente as possibilidades de crises financeiras e, por extensão, ao ampliar a instabilidade, aumentou a demanda precaucional e especulativa por moeda e destruiu as normas institucionais que permitiam autonomia às políticas monetárias. A existência de um leque cada vez maior de ativos líquidos e com formas de rendimentos variáveis acabou também alterando o poder que a política monetária outrora tinha de influenciar as variáveis macroeconômicas

Em resumo, ao longo do último quartel do século XX há, portanto, uma alteração progressiva na forma de regulação da economia mundial em que as finanças vão assumindo papel axial na condução da dinâmica capitalista, na medida em que as motivações financeiras vão se tornando dominantes na ação dos agentes econômicos, o que tornou o sistema mais instável, menos dinâmico e concentrador de renda (Gutmann, 2016; Aglietta, 1995).

Embora o emprego total ainda acompanhe o crescimento da produção, há, porém, uma recomposição do emprego: perde participação no emprego total o emprego industrial e cresce a participação do emprego nos serviços. É essa redistribuição dos empregos que também, em grande parte, explica a queda das taxas de produtividade. Embora a produtividade cresça no setor industrial e no setor de

serviços industriais, ela é muito baixa no setor de serviços pessoais e no comércio, resultando em uma baixa taxa média. Ou seja, observamos uma redução nos empregos formais bem remunerados na indústria, enquanto crescem os empregos que remuneram menos, mesmo quando formais, embora em grande parte trate-se de empregos precarizados (em tempo parcial, por conta própria, etc.). Esse crescente contingente de trabalhadores em condições precárias de trabalho, mal remunerados e com poucas perspectivas de ascensão social, forma o que Guy Standing chamou de “precariado”, que para ele consistiria numa nova classe social típica dos empregados do setor terciário e que substitui, no capitalismo globalizado, os trabalhadores formais e bem remunerados, que predominavam na “velha” sociedade industrial (Standing, 2017).<sup>3</sup>

Conforme a Tabela 5, se compararmos a produtividade do trabalho na indústria, com a produtividade do trabalho média da produção agregada total - disponível nas tabelas anteriores - podemos verificar que, embora a produtividade do trabalho na indústria também tenha diminuído sensivelmente a partir dos anos 1990, ela ainda é muito superior à da economia como um todo.

---

<sup>3</sup> A Reforma Trabalhista Brasileira de 2017 (Lei 13. 467/2017), implementada no Governo Temer, ao mesmo tempo que mina os mecanismos de regulação pública do trabalho no Brasil (pela prevalência do negociado sobre o legislado), liberaliza e flexibiliza as relações trabalhistas no Brasil e enfraquece a capacidade de financiamento e o poder de mobilização dos sindicatos, cria também novas modalidades de contratação que institucionalizam algumas categorias que compõem este “precariado”. Em resumo, ela institucionaliza a terceirização, cria novas modalidades de contratação (ampliação do contrato temporário, ampliação do contrato parcial, contrato intermitente e teletrabalho), estimula as empresas a contratar sob a forma de autônomos e pessoa jurídica, introduz a possibilidade de jornada de trabalho de 12 horas, facilita e reduz gastos com a demissão, incentiva a remuneração variável e permite a redução de salários através de negociação coletiva (Teixeira et.al.2017, p.85-86).

**Tabela 5**  
**Taxas Médias Anuais de Crescimento da Produtividade do Trabalho na**  
**Indústria\* no G7 1973/79, 1980/89, 1990/2001, 2002/2008 e 2009/2018.**

Países	1973-1979	1980-1989	1990-2001	2002-2008	2009-2018
E.U. A	8,6	6,2	4,1	4,5	2,6
Japão	11,2	8,6	4,6	3,6	2,0
Alemanha	11,5	6,9	4,3	3,9	3,5
França	11,4	7,8	4,5	3,6	3,3
Itália	11,4	6,7	3,7	3,0	2,7
Reino Unido	9,7	7,0	4,9	4,2	2,3
Canadá	9,1	5,7	3,7	3,7	2,5
G 7	10,2	6,9	4,4	4,1	2,7

Fonte: OCDE.

### Conclusão

A tese do fim dos empregos pode ser considerada como uma radicalização de um argumento que constitui um dos pilares da tese da crise da sociedade do trabalho, que afirma que, dado a forma como tem se desenvolvido a tecnologia no capitalismo contemporâneo, haveria um descasamento progressivo entre o crescimento da produção e do emprego. Teoricamente, como o próprio Marx (1998) analisou, uma vez que o mesmo volume de produção possa ser obtido com quantidades decrescentes de trabalho vivo, a manutenção do nível de emprego exigiria uma expansão da produção cada vez maior, que nada pode assegurar que seja possível no longo prazo, até por questões concretas como oferta de recursos e impactos ambientais.

Essa tese se, por um lado, é muito influenciada pela enorme evolução da produtividade que ocorreu durante um período excepcional da economia mundial - os Anos Dourados – por outro lado, não dá conta que o crescimento do desemprego que ela atribui à tecnologia é na verdade explicado pela desaceleração da produção.

Como a análise dos dados referentes aos países do G7 mostrou, não há razão para se afirmar que há um descasamento entre a taxa de crescimento da produção e a taxa de crescimento do emprego, pois não é possível afirmar que a taxa de crescimento da produtividade do trabalho tem sido mais expressiva que a taxa de crescimento da

produção, nem durante o período em que houve as maiores taxas de crescimento da produtividade do trabalho da história do capitalismo. Por fim, as estatísticas mostram que as taxas de crescimento da produtividade do trabalho são hoje muito menores que no passado, quando as taxas de desemprego eram muito menores, o que novamente reforça que o crescimento do emprego ainda é determinado pelo ritmo de crescimento da produção.

A advertência fica por conta de que o nível de agregação da análise não leva em conta a recomposição do emprego setorial na direção de uma maior participação relativa do emprego em serviços. Como afirmado, essa redistribuição das ocupações explica em parte, tanto a queda dos salários, como a queda das taxas médias de produtividade.

## Referências

- AGLIETTA, M..1995. *Macroéconomie Financière*. Paris: La Decouverte.
- ARENDT, H. 1983. *A Condição Humana*. RJ: Forense Universitária.
- BELLUZZO, L. G. M. 1995. "O Declínio de Bretton Woods e a Emergência dos Mercados 'Globalizados'". *Revista Economia e Sociedade*, número 4, IE-UNICAMP, junho de 1995, pp. 11-20
- CHESNAIS, F.1996. *A Mundialização do Capital*, SP: Xamã.
- CHESNAIS, F.(org). 1999. *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. SP: Xamã.
- COUTINHO, L.; BELLUZZO, L. G. M., "Financeirização da Riqueza, Inflação de Ativos e Decisões de Gasto Em Economia Abertas", *Revista Economia e Sociedade*, número 11, Campinas, IE-UNICAMP, dezembro de 1998, pp. 137-150.
- DAINEZ, V. I.; DAINEZ, A. R. I. 2014. *Economia Internacional*. Campinas: Alínea.
- EICHENGREEN, Barry. 1996 *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System*. Princeton: Princeton University Press.
- GORZ, A. 1989. *Le Chemins du Paradis*. Paris: Galilée.
- GORZ, A. 1982. *Adeus ao Proletariado- Para Além do Socialismo*. RJ: Forense Universitária, 1982.
- GORZ, A. 1991. *Métamorphoses du Travail-Quéte du Sens-Critique de la Raison Économique*, Paris: Galilée.
- GUTTMANN, R. 1999. "As Mutações do Capital Financeiro". In CHESNAIS, F. Org. *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. SP: Xamã.
- GUTTMANN, R. 2016. *Finance-led Capitalism: shadow banking, re-regulation, and the future of global market*. New York: Palgrave Macmillan.
- HABERMAS, J. 1987a. *Técnica e Ciência Como "Ideologia"*. Lisboa: Edições 70.
- HABERMAS, J. 1987b. "A Nova Intransparência- A Crise do Estado de Bem-Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas", *Novos Estudos CEBRAP*, número 18, setembro de 1987b, pp. 103-114.
- HABERMAS, Jürgen. 1990. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. 2ª ed. SP: Brasiliense.
- HABERMAS, Jürgen. 1994 *A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio*. 2ª ed. RJ: Tempo Brasileiro, 1994.

- HOBBSAWN, E. 1995. A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. SP: Companhia das Letras.
- KALECKI, M. 1985. Teoria da Dinâmica Econômica. 2ª ed. SP: Nova Cultural, col. Os Economistas.
- KEYNES, J. M. 1991. The General Theory of Employment, Interest and Money, New York: Harcourt Brace.
- LOJKINE, J. 1995. A Revolução Informacional. SP: Cortez.
- MADDISON, Angus. 1997. La Economía Mundial 1820-1992 - Análisis y Estadísticas. OCDE.
- MARK, K. 1988. O Capital. 5 volumes. 3ª ed. SP: Nova Cultural. Col. Os Economistas.
- MARK, K ; ENGELS, F. 1993. A Ideologia Alemã (Feuerbach). 9ª ed. SP: Hucitec.
- MATTOSO, J. 1995. A Desordem do Trabalho. SP: Scritta.
- MÉSZÁROS, I. 1989. Produção Destrutiva e Estado Capitalista. SP, Ed. Ensaio.
- NAPOLEONI, C. 1977 O Valor na Ciência Econômica. Lisboa: Presença/Martins Fontes.
- OCDE. Economic Outlook. Vols. 28-71, 1974 - 2002.
- OCDE Statistics. Disponível em: <http://stats.oecd.org/>. Acessado em 15/11/2017.
- OCDE Statistics. Disponível em: <http://stats.oecd.org/>. Acessado em 10/10/2022.
- OFFE, C. 1988. "Time, Money and Welfare-States Capitalism", in John Keane, J. ed. Civil Society and the State. New York: Verso, 1988.
- OFFE, C. 1989. Trabalho e Sociedade – Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho. Volume I. RJ: Tempo Brasileiro.
- PIKETTY, T.. 2014. O Capital no Século XXI. RJ: Editora Intrínseca.
- PRZEWORSKI, A. 1989. Capitalismo e Social Democracia. SP: Companhia das Letras.
- RIFKIN, J. 1995. The End of Work: The Decline of the Global Labor Force and the Dawn of the Post-Market Era. New York: G.P. Putnam's Sons.
- RIFKIN, J. 2011. The Third Industrial Revolution: How Lateral Power Is Transforming Energy, the Economy, and the World. New York: Palgrave Macmillan.
- RIFKIN, Jeremy. 2014. The Zero Marginal Cost Society: The Internet of Things, the Collaborative Commons, and the Eclipse of Capitalism. New York: Palgrave Macmillan.
- SCHAFF, A. 1993. A Sociedade Informática. SP: Unesp/Brasiliense.
- SILVA, J. P. 1995a. "A Crise da Sociedade do Trabalho em Debate". Revista Lua Nova, nº 35, 1995a, pp. 167-207.
- SILVA, J. P. 1995b. "Repensando a Relação entre Trabalho e Cidadania Social". Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, Volume 9, Número 4, out/dez. de 1995b, pp. 6-12.
- STANDING, Guy. O precarizado. A nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- TEIXEIRA, Marilane Oliveira et al. Contribuição crítica à reforma trabalhista. Campinas, SP: CESIT/IE/Unicamp, 2017.
- WEBER, M. 1968. História Geral da Economia. 1ª ed. SP: Mestre Jou.
- WEBER, M. 1992. A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo. 7ª ed. SP: Pioneira.
- World Bank Data. 2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator>. Acessado em 10/01/2018.